

CAPÍTULO 3

Procedimentos metodológicos

Neste capítulo, a proposta é apresentar as escolhas metodológicas para desenvolver o objetivo de analisar os reflexos de implementação de iniciativas em Linguagem Simples à luz da Teoria da Sinalização. São detalhados, a seguir, o tipo de pesquisa, os participantes, o instrumento, os procedimentos e a análise dos dados.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Com a questão de pesquisa definida, ou seja, estabelecido que o objetivo deste trabalho é analisar os reflexos de implementação de iniciativas em Linguagem Simples à luz da Teoria da Sinalização, foram delineados os procedimentos metodológicos. O primeiro deles foi a adoção da abordagem qualitativa, uma vez que não está no *corpus* desta dissertação aprofundar-se em aspectos quantitativos, mas em se dedicar a compreender ações, opiniões acerca de um fenômeno social (Gerhardt; Silveira, 2009).

A pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise. Enfatiza-se a necessidade do exercício da intuição e da imaginação pelo sociólogo, num tipo de trabalho artesanal, visto não só como condição para o aprofundamento da análise, mas também – o que é muito importante – para a liberdade do intelectual (Martins, 2004, p. 289).

O microprocesso em questão se refere a conhecer o modo de desenvolvimento de iniciativas em transformar textos oficiais, marcados por termos técnico-legais, em textos simplificados, em instituições públicas brasileiras que registraram essa mudança organizacional. Compreender esse fenômeno, em plena expansão no país, envolve consultar pessoas e equipes ligadas diretamente às experiências de Linguagem Simples, envolve investigar as ações realizadas nos últimos cinco anos em que há registros do fenômeno.

Nesse sentido, o método qualitativo se dedica a um fenômeno *atual* – o processo de desenvolvimento de políticas públicas/programas institucionais na Administração Pública; *específico* – restringe-se a analisá-lo sobre que tarefas e pessoas desenham o processo para a entrega do texto oficial simplificado; e se preocupa, enquanto questão de pesquisa, em *como* a implementação acontece.

A pesquisa possui seções em que prevalece o caráter descritivo, uma vez que busca reunir etapas, atividades percebidas pelos participantes, ou seja, características das iniciativas (Gil, 2008), mas também tem caráter exploratório, à medida que pessoas serão convidadas a contribuir com informações sobre as experiências que, essencialmente, apenas elas possuem, que não é possível até então encontrá-las em documentos ou outros registros, uma vez que se trata de experiências pioneiras no país (São Paulo, 2020; Ceará, 2020; Rodrigues, 2022; Brasil, 2024), que podem servir de referência para outros órgãos e entidades.

Com o propósito de contextualizar o aparecimento da linguagem simples na vida pública brasileira, parte desta pesquisa é documental, ao consultar fontes secundárias de informação, a exemplo de leis e outros dispositivos legais que são registros institucionais públicos, que não receberam tratamento analítico e têm a finalidade de conhecer uma mudança de cultura. Neste estudo, a mudança em questão trata sobre a cultura de comunicação oficial a ser implementada.

Todas as sociedades estão continuamente mudando. Mudam as estruturas e as formas de relacionamento social, bem como a própria cultura da sociedade. Para captar os processos de mudança, não basta, portanto, observar as pessoas ou interrogá-las acerca de seu comportamento. Nesse sentido é que as fontes documentais tornam-se importantes para detectar mudanças na população, na estrutura social, nas atitudes e valores sociais, etc. (Gil, 2008, p. 154).

Esta pesquisa documental conta com as etapas de apresentação contextual da legislação coletada; dos autores, em sua maioria governos federais; da autenticidade do texto; e do suporte no qual os registros estão disponíveis (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009). Dessa forma, a busca pelos documentos se concentrou nas plataformas do Governo Federal e do Congresso Nacional brasileiros, que disponibilizam docu-

mentos normativos de forma virtual. Houve também busca por documentos disponibilizados nos portais institucionais de governos federais de outros países. Vale destacar que mais uma característica da pesquisa documental foi percebida: os acessos à legislação foram gratuitos, ou seja, não implicaram custos financeiros para o andamento do trabalho (Gil, 2008).

3.2 PARTICIPANTES

As pessoas selecionadas para serem consultadas por meio da entrevista possuem um critério em comum: trajetória profissional ligada a experiências de linguagem simples no Brasil. Elas trabalham na Administração Pública, seja em órgãos do Poder Judiciário ou do Poder Executivo. Outras atuam na iniciativa privada, que colaboram com o processo de implementação no setor público.

Não houve um número de participantes para atingir saturação. As pessoas entrevistadas são consideradas, segundo Vinuto (2014), as sementes, ou seja, pessoas que detêm informações em profundidade sobre o processo de implementação do programa – por isso, foram consideradas como critério de inclusão para a entrevista. Assim, buscou-se utilizar a amostragem não representativa orientada por respondentes denominada por Handcock e Gile (2011) e Vinuto (2014) “amostragem bola de neve”. Por meio dessa ferramenta, seria possível identificar mais profissionais envolvidos com a iniciativa sem um quantitativo consolidado – o que se tentou, porém, sem retorno às sondagens feitas por e-mails institucionais.

Foram convidadas pessoas ligadas à gestão, em algum período de desenvolvimento, da experiência em linguagem simples na Prefeitura de São Paulo, no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, no Laboratório de Inovação e Dados do Governo do Estado do Ceará, no Instituto Mirante de Arte e Cultura do Ceará, na Rede Linguagem Simples Brasil e na *Plain Language International*. O objetivo das entrevistas é, a partir da *expertise* das pessoas convidadas, analisar os possíveis benefícios e desafios de se implementar o texto oficial simplificado, bem como observar se as recomendações de implementação expressas nos dispositivos legais correspondem ou não com o cotidiano de execução das experiências.

3.3 INSTRUMENTO PARA GERAÇÃO DE DADOS

O instrumento utilizado para desenvolver esta pesquisa é a entrevista semiestruturada, em profundidade, pela qual se propõe viabilizar uma (re)construção de um fato a partir dos atores sociais envolvidos, uma vez que “fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação” (Bauer; Gaskell, 2002, p. 65). Duarte (2004) explica que a entrevista é uma técnica de coleta de dados indicada quando o pesquisador necessita de informações mais deta-

lhadas acerca de práticas sociais que possam enriquecer especificidades e evidenciar contradições do fenômeno.

As entrevistas, assim, são adotadas na realização desta pesquisa sob a perspectiva de colaborarem para fornecer dados acerca do processo de implementação do programa, uma vez que, durante a coleta de dados por meio de documentos oficiais, notam-se recomendações para, dentre outras etapas, o processo de implementação, deixando uma lacuna acerca de como foi a execução das atividades planejadas.

Para Yin (1994), a entrevista é uma das fontes de prova mais relevantes para o desenvolvimento do protocolo de pesquisa. Ela é caracterizada pela estrutura com elementos fixos e também flexíveis, ou o que Triviños (1987) classifica como semiestruturada, desenvolvida com questões marcadas pela teoria e os objetivos que norteiam a pesquisa e organizada com questões ora de conteúdos precisos, ora de conteúdos que permitam a opinião do entrevistado.

Nesse sentido, foi preparado o roteiro de entrevista em três momentos. Foi desenhado um roteiro de entrevista semiestruturado, no qual se abordaram o perfil socio-demográfico (idade, gênero com o qual se identifica, formação acadêmica e tempo de serviço público), a relação com a temática Linguagem Simples (quando e onde passou a ter contato, como foi/é a colaboração da pessoa entrevistada com o tema na instituição onde trabalha), a análise do desenvolvimento da experiência (quais atividades são realizadas, objetivos, resultados, benefícios e desafios alcançados) e o encerramento (momento no qual a pessoa participante pôde tecer considerações para além do roteiro planejado). O roteiro e outros documentos foram encaminhados para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral da Universidade Federal do Piauí, pela Plataforma Brasil.

3.4 PROCEDIMENTOS

As pessoas que participaram das entrevistas planejadas para este trabalho foram identificadas à medida que se liam artigos acadêmicos e jornalísticos e pesquisavam-se páginas oficiais de órgãos que trabalham a temática da Linguagem Simples na Administração Pública Brasileira. A menção a essas pessoas/instituições se repetia nas buscas por dados relacionados ao tema quando se adotaram os seguintes critérios: a) participação no processo de implementação da Linguagem Simples, seja por meio de um programa, de um projeto, de uma política pública, enfim, instituído(a); b) representante de uma iniciativa de Linguagem Simples realizada no Poder Executivo; c) representante de uma iniciativa de Linguagem Simples no Poder Judiciário⁸; d) nacio-

8 Não foi procurada uma pessoa que representasse uma experiência desenvolvida em algum órgão do Poder Legislativo brasileiro por que não foram encontrados resultados nos mecanismos de busca na internet

nalidade brasileira, a fim de que fluísse a entrevista por meio da Língua Portuguesa; e) pessoa disposta a conceder entrevista sobre o assunto; e f) pessoa maior de 18 anos.

Chegou-se, assim, a cinco pessoas que poderiam contribuir com este trabalho: duas que pudessem abordar a experiência do programa Linguagem Simples, desenvolvida pelo Laboratório de Inovação e Dados do Governo do Estado do Ceará e do Instituto Mirante de Arte e Cultura do Ceará; uma que representasse a experiência pioneira do Poder Judiciário no estado do Paraná; uma que relatasse a experiência do programa Linguagem Simples no município de São Paulo, pioneiro no país; uma pessoa que contribuísse com todas as implementações aqui mencionadas, residente no estado do Rio de Janeiro.

Foi feita uma sondagem inicial, via e-mail institucional, com as possíveis pessoas participantes sobre a disponibilidade para as entrevistas. Das cinco, quatro prontamente se dispuseram e manifestaram satisfação com a razão da sondagem. Apenas uma pessoa informou que não poderia participar da entrevista em decorrência da inviabilidade por tempo indeterminado para atender a comunidade acadêmica devido à intensa agenda de trabalho em meio à equipe reduzida.

Após aprovação da pesquisa, sob o Parecer nº 6.745.053, o protocolo prosseguiu com o convite às pessoas participantes, feito por e-mail institucional, acompanhado do mencionado parecer e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Cada uma das quatro pessoas convidadas participou de videochamada feita em horário comercial pelo *Google Meet* e gravada pelos *softwares OBS Studio* e *Grain.co*, que, por sua vez, simultaneamente já fez a transcrição do áudio em texto. Cada entrevista teve, em média, 50 minutos de duração. As quatro aconteceram entre os dias 22 e 29 de maio de 2024.

Os arquivos das entrevistas foram armazenados em e-mail da pesquisadora com domínio da Universidade Federal do Piauí, protegidos por senha criptografada. O prazo de guarda segue a tradição do ambiente acadêmico, ou seja, 5 anos, de acordo com a Resolução nº 466/2012, alínea c, do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012).

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Para analisar as informações extraídas das fontes de entrevistas semiestruturadas, foi adotada a análise qualitativa de conteúdo, indicada por Kleinheksel *et al.* (2020) em situações para as quais se detém grande volume de informações a serem analisadas.

aplicados com os Poderes Executivo e Judiciário, quais foram “linguagem simples” e “Poder Legislativo” e “Brasil”, nem citado pelas entrevistadas desta pesquisa. No entanto, os resultados de busca apresentaram o Projeto de Lei nº 6.256/2019 que trata sobre a Política Nacional de Linguagem Simples, documento abordado nesta pesquisa.

Os autores, assim como Graneheim, Lindgren e Lundman (2017), destacam que esse tipo de análise se concentra na “variação” entre semelhanças e diferenças de um e entre textos.

É o processo de considerar tanto o participante quanto o contexto, ao classificar o texto em grupos de categorias relacionadas para identificar semelhanças e diferenças, padrões e associações, tanto na superfície quanto no interior implícito (Kleinhesel *et al.*, 2020, p. 127).

A abordagem utilizada será a dedutiva, também conhecida por “*concept-driven*” (Schreier, 2012), segundo a qual a análise parte do referencial teórico para sistematizar as informações acerca do fato estudado. Nesta pesquisa, parte-se das revisões sistemáticas acerca da Linguagem Simples e da Teoria da Sinalização, delineando a lacuna de informação entre governo e sociedade, para compreender como a sinalização em torno da simplificação de textos é desenvolvida em instituições públicas.

Devido à diversidade de terminologias referentes à análise de conteúdo (Gaspi; Magalhães Júnior, 2021), esta pesquisa segue a proposta elaborada pela autora seminal Laurence Bardin (2020), segundo a qual a análise de conteúdo é entendida por

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo de mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas desta mensagem) (Bardin, 2020, p. 44).

Dessa forma, o presente trabalho se norteia pelas três principais etapas propostas por Bardin (2020). Na primeira, a pré-análise, foi realizada a leitura flutuante do texto obtido com as transcrições das quatro entrevistas feitas. Na etapa seguinte, foram codificadas e categorizadas as 23.529 palavras transcritas, de acordo com os objetivos da pesquisa, com as linhas de estudo verificadas nas revisões sistemáticas e, por fim, com suporte do *software* de análise qualitativa Atlas.ti. Na terceira etapa, foram desenvolvidas inferências a partir das condições de produção das iniciativas sobre as quais as pessoas entrevistadas conversaram, detalhadas no próximo capítulo.